Os impactos da criminologia midiática na presunção de inocência

Leticia Tavares

Mestranda em Direito Constitucional pela UFF e pós-graduada em Processo Civil pela UFF.
E-mail: tavares-leticia@hotmail.com. ORCID 0000-0003-3067-1596.

Resumo: O presente estudo tem como finalidade a análise crítica do discurso e das narrativas dos meios de comunicação de massa sobre a questão criminal e o seu impacto sobre a baixa efetividade das garantias penais, especialmente a presunção de inocência. Para isso, é trazida, em um primeiro momento, uma investigação histórica dos discursos da criminologia com o fim de demonstrar as consequências práticas de um pensamento autoritário em face de um direito fundamental, legitimando a maximização do direito de punir. Em um segundo momento, traz as principais características do jornalismo midiático sobre o delito, considerando os meios de comunicação tradicionais e novas mídias digitais, o que mostra a intenção de exteriorizar a sua proximidade com teorias clássicas e autoritárias dos séculos passados. Em seguida, define o âmbito, o significado de proteção da presunção de inocência, com base na construção doutrinária, legal e jurisprudencial sobre este direito. De outra forma, mostra o desprezo recebido pelo estado de inocência na prática dos tribunais nacionais e a contribuição significativa que o discurso da mídia apresenta sobre a conduta desviante no cenário interno. Por fim, este trabalho aponta razões relevantes para a pronta rejeição do referido discurso por meio de uma análise criminológica de massacres perpetrados ao longo da história, bem como de um exame do conflito normativo entre liberdade de expressão e presunção de inocência.

Palavras-chave: Criminologia. Mídia. Direito Penal. Presunção de inocência.

Sumário: 1 Introdução – 2 Breve história do poder punitivo e a presunção de inocência – 3 Criminologia e a mídia sensacionalista – 4 O impacto da mídia na presunção de inocência – Conclusão – Referências

1 Introdução

A ascensão do conservadorismo e da extrema direita no Brasil e em outros países ocidentais não foi repentina e nos convida a pensar sobre os motivos e suas consequências. Entre os diversos motivos chama a atenção o papel do sistema penal nessa atuação política. Os discursos sobre política criminal parecem ter em comum uma vertente política e ideológica, mas na sociedade os meios de comunicação são o principal vetor e propagador dessa vertente.

Entre os discursos mais funcionais ao poder punitivo encontra-se o dos veículos de comunicação de massa, chamado pelo professor Zaffaroni de criminologia midiática. O noticiário de todos os dias sobre fatos, investigações e processos penais impulsiona um *credo* criminológico, nas palavras de Nilo Batista, que naturaliza, de forma acrítica, a pena e todos os controles adjacentes a ela.

A mídia, com todo o seu poder, concentra seus esforços, muitas vezes, em transformar o sujeito desviante, que é chamado de “criminoso” (antes mesmo de ser condenado), em vilão, tornando difícil identificá-lo novamente como um cidadão comum. Portanto, combater esses inimigos surge como uma prioridade da sociedade e dos governos, sem se aproximar de uma visão racional, mas com o duro emprego do poder punitivo, próprio para saciar a fome por vingança cega e permanente que se estimula.

Pierre Bourdieu, na década de noventa, já temia que a televisão não explorasse o “extraordinário instrumento de democracia direta” para o qual tinha potencial, mas se tornasse um “instrumento de opressão simbólica”.¹ O sociólogo francês tinha razão. Hoje, não só a televisão como também a internet e as redes sociais ocultam a barbárie do controle repressivo e provocam desprezo no meio de controle social, até mesmo contra direitos fundamentais previstos nas revoluções iluministas do século XVIII.

Uma dessas garantias é a presunção de inocência. Trata-se da imposição de que todo acusado processualmente seja tratado como inocente até a eventualidade de ser declarado culpado. Nos termos de Ferrajoli, é um princípio fundamental da civilidade.

Nesse sentido, o presente trabalho apresenta o discurso padrão dos grandes veículos de comunicação sobre a questão do crime e a celeuma que eles trazem para a observação da presunção de inocência. Argumenta-se que a ideologia da mídia é extremamente perigosa, não só para o Direito como para a sociedade, considerando um viés garantista com o fim deslegitimador da pena.

O desenvolvimento do referido artigo inicia-se pela parte histórica, que lança luz no diálogo da presunção de inocência com modelos estatais menos repressivos e com discursos pouco autoritários. No momento seguinte, analisar-se-ão, separadamente, a criminologia midiática e a presunção de inocência. Ficará evidente a forma como os meios de comunicação ultrapassam a barreira do entretenimento e da informação. Equivalem, na verdade, a um aparato do sistema penal.

Por fim, será feita uma análise da atual era da tecnologia e das redes sociais. Ela modifica a dinâmica de comunicação atual produzindo, frequentemente, um requinte do apoio impensado às práticas de vigilância, controle e punição.

A elaboração do pensamento aqui esboçado é fruto de uma reflexão crítica do papel que o sistema penal desenvolve na sociedade, influenciada pela leitura de renomados autores, como Eugenio Raúl Zaffaroni, Michel Foucault, Nilo Batista, Vera Malaguti, Salo de Carvalho, entre outros.

¹ BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro, Zahar, 1997. p. 13.

2 Breve história do poder punitivo e a presunção de inocência

A relevância do valor histórico para a compreensão das civilizações não é esquecida por este trabalho. Na realidade, o texto parte da investigação de antecedentes para admitir conclusões e é todo permeado por considerações históricas.

Assim, nesse momento inicial, busca-se expor as relações existentes entre o poder punitivo estatal, o discurso criminológico e a presunção de inocência por meio de uma perspectiva histórica.

De acordo com uma análise feita por Zaffaroni,² os seres humanos sempre se relacionam entre si e estabelecem vínculos harmoniosos ou conflituosos, bem como estruturas de poder que organizam sua existência.

O autor afirma que, há muito tempo, uma das maneiras mais formidáveis de organização social e exercício de poder consiste na prática punitiva. Desde o Império Romano, o poder de punir se coloca como um eficaz método de hierarquizar uma sociedade internamente e expandir domínios em escala internacional.

Isso é consequência da característica do poder punitivo, qual seja, confiscar determinado conflito de interesses entre particulares, adquirindo enorme capacidade de decisão sobre a sociedade. De forma mais aprofundada, Zaffaroni contribui para definir que o poder punitivo tem por principal elemento usurpar o lugar de quem sofre um dano, modernamente definido como crime. Dessa forma, veda a chamada *autotutela punitiva* ou o exercício privado das próprias razões e institucionaliza a punição e a vingança.

O professor afirma, ainda, que a grande capacidade do poder de punir permite que quem o exerça escolha quais condutas são criminosas; vigie toda a sociedade para fazer valer suas normas; selecione quais pessoas serão submetidas ao método de solução de conflitos; e determine em qual medida e de que forma os sujeitos deverão responder pelo desvio que cometerem.

A prática punitiva, assim como qualquer expressão de poder,³ é acompanhada por discursos que lhe dão suporte – dentre os quais o midiático, sobre o que será falado mais adiante – e discursos que a deslegitimam. Trata-se de teorias que pensam o poder punitivo de formas funcionais ou disfuncionais.

Nesse sentido, é importante tratar da presunção de inocência. É possível defini-la como norma cuja tendência é a de frear o potente instrumento punitivo de controle dos indivíduos, isto é, como garantia jurídica que limita a violência e arbitrariedade do Estado.

Importante também salientar que a referida norma não adveio tão somente da abstração humana. Na realidade, possui berço no desenvolvimento da civilização

² ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *O inimigo no Direito Penal*. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007. p. 30-33.

³ O poder se exerce com o discurso. Cf. *Id. A questão criminal*. Rio de Janeiro: Revan, 2013. p. 263.

ocidental e advento do Estado Democrático de Direito, conceituado como conquista histórica que limita o poder estatal pelo Direito – por meio de garantias fundamentais – e legitima o poder político do Estado pelo povo – por meio de sufrágio universal e participação popular na tomada de decisões.⁴

Feitas essas definições, é importante fazer uma breve análise dos antecedentes históricos da prática do poder de punir, das teorias sobre o sistema penal e da mencionada garantia jurídica, a partir da obra *A Questão Criminal*, de Eugenio Raúl Zaffaroni.

No Império Romano houve a consolidação de uma estrutura hierarquizada ao extremo, marcada pela militarização da sociedade montada mediante o poder punitivo. Daí surgiram os primeiros esboços do princípio da presunção de inocência, após a queda do Império. Ferrajoli⁵ lembra o escrito do imperador Trajano, que dizia “*satius esse impunitum relinqui facinus nocentis, quam innocentem damnare*”.

Já durante o período feudal, na Idade Média, o concentrado e demasiado poder da Igreja deu origem à inquisição na Europa Ocidental. O chamado Tribunal do Santo Ofício organizou o sistema punitivo de forma exacerbada e assustadora.

Inevitavelmente, a presunção de inocência não detinha espaço nesta estrutura autoritária. Segundo Foucault, cada indício da prática delituosa, por menor que fosse, tornava o acusado culpado de acordo com a relevância da informação. Assim, uma meia prova tornava o investigado meio culpado. Desse modo, o possível delinquente sofreria certo grau de castigo, pois “não se podia ser inocentemente objeto de suspeita”.⁶

Já na segunda metade do século XVIII, a burguesia em ascensão se voltou contra as arbitrariedades do Estado e, assim, surge o Iluminismo, criticando veementemente o sistema inquisitorial medieval.

Não existe uniformidade na doutrina quanto ao surgimento da criminologia segundo padrões científicos, porque há diversos critérios e informes diferentes que procuram situá-la no tempo e no espaço.

No plano contemporâneo, a criminologia decorreu de longa evolução, marcada, muitas vezes, por atritos teóricos irreconciliáveis, conhecidos por “disputas de escolas”. O próprio doutrinador Cesare Lombroso, que alguns consideram como o pai da criminologia, não se dizia criminólogo e sustentava ser adepto da escola antropológica italiana. É bem verdade que a criminologia como ciência autônoma existe há pouco tempo, mas também é indiscutível que ela ostenta um grande passado, uma enorme fase pré-científica.

⁴ CASARA Rubens R. R. *Processo penal do espetáculo: e outros ensaios*. 2. ed. Florianópolis: Tirant lo Blanch, 2018. p. 27.

⁵ FERRAJOLI, Luigi. *Direito e razão: teoria do garantismo penal*. 3. ed. rev. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 401.

⁶ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 42. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2015. p. 34.

Para que se possa delimitar esse período pré-científico, é importante definir o momento em que a criminologia alcançou *status* de ciência autônoma. Muitos doutrinadores afirmam que o fundador da criminologia moderna foi Cesare Lombroso, com a publicação, em 1876, de seu livro *O homem delinquente*.

Para outros, foi o antropólogo francês Paul Topinard quem, em 1879, teria empregado pela primeira vez a palavra “criminologia”, e há os que defendem a tese de que foi Rafael Garófalo quem, em 1885, usou o termo como nome de um livro científico. Ainda existem importantes opiniões segundo as quais a Escola Clássica, com Francesco Carrara (*Programa de direito criminal*, 1859), traçou os primeiros aspectos do pensamento criminológico.

Não se pode perder de vista, no entanto, que o pensamento da Escola Clássica somente despontou na segunda metade do século XIX e que sofreu uma forte influência das ideias liberais e humanistas de Cesare Bonesana, o Marquês de Beccaria, com a edição de sua obra genial, intitulada *Dos delitos e das penas*, em 1764.

Por derradeiro, releve frisar que, numa perspectiva não biológica, o belga Adolphe Quetelet, integrante da Escola Cartográfica, ao publicar seu *Ensaio de física social* (1835), seria um expoente da criminologia inicial, projetando análises estatísticas relevantes sobre criminalidade, incluindo os primeiros estudos sobre “cifras negras de criminalidade” (percentual de delitos não comunicados formalmente à polícia e que não integram dados estatísticos oficiais).

Nessa discussão quase estéril acerca de quem é o criador da moderna criminologia, um adendo é imperioso: houve forte influência do Iluminismo, tanto nos clássicos quanto nos positivistas.

Quando o Iluminismo penal se tornou insuficiente para a classe que antes o havia impulsionado, esse perdeu espaço. Com o aumento e concentração das pessoas nas cidades urbano-industriais, houve uma maior zona de conflitos, demandando uma redefinição ideológica para manter a ordem instaurada com a revolução burguesa. Desse modo, ganhou importância a ciência da antropologia criminal, nascida na Itália e importada para a América Latina como primeiro esforço em matéria de criminologia na região, conforme assevera Rosa Del Omo.

Valendo-se da valorização cada vez maior do saber científico, o positivismo criminológico foi eficiente “para reforçar a ideologia dominante e para justificar as desigualdades de uma sociedade que proclamava ser fundamentalmente igualitária”.⁷ Na segunda metade do século XIX, métodos próprios das ciências naturais, que valiam para explicar fatos objetivos e determinados, foram aplicados para estudar o humano e a sociedade. As conclusões imediatas foram deterministas, mas as posteriores, sombrias. Por meio da observação da população carcerária e da

⁷ OMO, Rosa Del. *A América Latina e sua criminologia*. Rio de Janeiro: Revan, 2004. p. 35.

medição do crânio e de outras partes de seus corpos, Lombroso assumiu que a delinquência era causada, não por um fator social, mas por uma limitação estrutural própria individual relacionada ao seu pertencimento a uma genética inferior humana.

Dessa forma, a pobreza e outras mazelas sociais foram atribuídas às patologias de uma raça diversa que devia obediência e submissão à casta superior em função de sua involução. Como observa Del Omo, essa obediência e inferioridade – constatada pela valorizada ciência – legitimaram a intervenção do Estado contra aqueles que “resistiam” ao sistema, a saber, delinquentes e revolucionários, bem como contra povos dominados pela Europa do neocolonialismo. Isto é, a criminologia positivista manteve intacto o sistema dominante, além de justificar uma resposta firme do Estado às condutas que eram proibidas nesse sistema.

Nessa ocasião de aumento do controle social repressivo, é nítido que a presunção de inocência foi veementemente atacada. Salienta Ferrajoli que:

Raffaele Garofalo e Enrico Ferri, em coerência com suas opções substancialistas, consideraram “vazia”, “absurda” e “ilógica” a fórmula da presunção de inocência, o primeiro exigindo a prisão preventiva obrigatória e generalizada para os crimes mais graves e o segundo aderindo a modelos de justiça sumária e substancial além das provas de culpabilidade. [...] Vincenzo Manzini [...] estigmatizou a fórmula como um “estranho absurdo excogitado pelo empirismo francês” e a julgou “grosseiramente paradoxal e irracional” baseada em uma cadeia de petições de princípio: a apriorística valorização dos institutos positivos da custódia preventiva e do segredo instrutório que por ela seriam contraditados, a insensata equiparação instituída entre os indícios que justificam a imputação e a prova da culpabilidade, a assunção de que a experiência demonstraria que a maior parte dos imputados são na realidade culpados. Reforçado por esses avais, o Código Rocco de 1930 repeliu “por completo a absurda presunção de inocência, que alguns pretendiam reconhecer ao imputado”, liquidando-a como “uma extravagância derivada daqueles conceitos antiquados, germinados pelos princípios da Revolução Francesa, os quais levam as garantias individuais aos mais exagerados e incoerentes excessos”.⁸

O pensamento essencialmente racista do positivismo criminológico não parou por aí e contribuiu para as carnificinas da Segunda Guerra Mundial, que incluíram campos de concentração, políticas eugênicas e invasões determinadas a colonizar todo o planeta.

A criminologia positivista biológica entende os humanos como animais puramente biológicos, reiterando a necessidade de explorar e controlar os outros à

⁸ FERRAJOLI, Luigi. *Direito e razão: teoria do garantismo penal*. 3. ed. rev. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002. p. 422.

medida que evolui. Diante desse pressuposto, não é difícil entender que os nazifascistas pregavam a eliminação das raças inferiores, o que impedia o progresso das mais perfeitas e acarretava custos indesejáveis em instituições como asilos e manicômios.

A criminologia punitivista e essencialmente racista, levada às últimas instâncias pelo pensamento da extrema direita do século XX, culminou na crise profunda da presunção de inocência. Ferrajoli aponta que ela chegou a ser negada pela ideologia fascista, que “não considera a liberdade individual um direito preeminente, mas sim uma concessão do Estado acordada no interesse da coletividade”.⁹

As Escolas Clássica e Positiva foram as únicas correntes do pensamento criminal que, em sua época, assumiram posições extremadas e bem diferentes filosoficamente.

Depois delas apareceram outras correntes que procuraram conciliar seus preceitos. Dentre essas teorias ecléticas ou intermediárias, reuniram-se penalistas orientados por novas ideias, mas sem romper definitivamente com as orientações clássicas ou positivistas.

A terza scuola italiana, uma das correntes ecléticas, é também conhecida como Escola Crítica. Tem como marco a publicação do artigo *Una Terza Scuola di Diritto Penale in Italia*, por Manuel Carnevale.

Diante da aplicabilidade da medida de segurança no lugar da pena, conclui o professor Cesar Roberto Bitencourt, em sua obra (2003, p. 58):

O crime, para esta escola, é concebido como um fenômeno social e individual, condicionado, porém, pelos fatores apontados por Ferri. O fim da pena é a defesa social, embora sem perder seu caráter aflitivo, e é de natureza absolutamente distinta da medida de segurança.

Dessa forma, a Terza Scuola se utiliza da criação da escola positiva no formato de sanção – medida de segurança –, mas não compartilha de uma pretensão terapêutica de ressocialização do indivíduo. A pena tem como função precípua o afastamento do criminoso do meio social. A pena retributiva dos clássicos dá lugar a uma pena com um fim prático: prevenção geral ou especial.

Após a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, deu-se uma mudança de paradigma no plano mundial. Defendeu-se a presunção de inocência consolidando que todo ser humano acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa.¹⁰

⁹ *Idem.*

¹⁰ Disponível em: https://declaracao1948.com.br/declaracao-universal/declaracao-direitos-humanos/?gclid=Cj0KCQjwxb2XBhDBARIsA0jDZ34Qj2zo_SU_zajGFqFOGZOQTAR_TXkGQpmlzWYIY Z9SsG9afkL8aAq1JJEALw_wcB, acesso em: 7 ago. 2022.

Desde então os principais discursos acadêmicos foram mais sensatos. A era dos sociólogos abriu espaço para a criminologia crítica, que é, em linhas gerais, caracterizada por incorporar o funcionamento do poder punitivo na análise do crime. No entanto, a teoria da reação social é relativamente recente e adentrou o território dos discursos da criminologia “pela margem periférica”,¹¹ como afirma a autora Vera Malaguti.

Nos dias atuais, a prisão se firmou como forma relevante de se controlar a sociedade, tendo como consequência o encarceramento em massa nos países ocidentais, apesar da presunção de inocência estar positivada nos ordenamentos jurídicos dos mais diversos países e em diplomas internacionais, destacando-se a Convenção Europeia dos Direitos do Homem, o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, o Pacto de São José da Costa Rica, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, entre outros.

O presente trabalho termina essa breve abordagem histórica identificando a relação entre a teoria, a prática e a garantia jurídica que foi mencionada no início deste capítulo. É importante que, atualmente, os governantes e os meios de comunicação não se aproveitem do avanço do princípio da presunção de inocência para legitimar a impunidade ou os crimes que são cometidos, alimentando verdadeiros estados de exceção para além da lei e do campo jurídico.

A realidade fática que o sensacionalismo produzido pela mídia possui posição estratégica neste perigoso contexto, conforme se passa a demonstrar.

3 Criminologia e a mídia sensacionalista

Na relação entre poder punitivo, criminologia e presunção de inocência, os veículos de comunicação de massa atuam por meio do segundo e influenciam os demais. Não é novidade que o crime seja notícia nos meios de comunicação, exercendo seu papel na criação de determinada realidade social. Os interesses do público e especialmente do comunicador impulsionam a divulgação de fatos e a criação de histórias sobre delitos, investigações e processos judiciais. Apesar disso, a exploração do crime pelos veículos midiáticos merece especial atenção, conforme será evidenciado.

É importante destacar que o sensacionalismo produzido pela mídia nos casos criminais é fruto também de uma influência do processo penal, principalmente, nas peças acusatórias, como bem preceitua o professor Salo de Carvalho:

(...) a espetacularização da notícia criminal realizada pelo jornalismo sensacionalista, sobretudo nos delitos de sangue praticados com

¹¹ BATISTA, Vera Malaguti. *Introdução crítica à criminologia brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2012. p. 214.

violência contra pessoas “de carne e osso”, guarda semelhança com determinadas formas jurídicas de descrição e de julgamento destes eventos trágicos.¹²

A tradução do delito no processo penal produz discursos eventualmente sensacionalistas. Em alguns atos processuais é impossível distinguir as diferenças entre a narrativa feita pelos operadores jurídicos e o estilo sensacionalista, que caracteriza o jornalismo policial e investigativo.

Esse sensacionalismo teve suas consequências drasticamente aumentadas com o advento de alguns meios de comunicação em massa, como a televisão. Foi especialmente esse instrumento de comunicação um dos responsáveis por revolucionar todo o campo jornalístico – como observa o crítico Pierre Bourdieu.¹³ A transmissão de notícias proporcionada pela TV, caracterizada pelo uso de imagens que estimulam os sentimentos do público, era o que faltava para o pleno êxito das práticas punitivas contra as condutas desviantes perseguidas como crimes.

Além disso, a internet possibilitou a ampliação de acesso à comunicação e diversificou os agentes de produção das notícias. É importante salientar que a internet possibilitou ao indivíduo escolher o conteúdo que quiser ver e quando quiser, além de filtrar as publicações de acordo com o interesse de cada usuário, transformando aquele ambiente em uma verdadeira bolha virtual.

Antes de adentrar mais nos subtópicos do presente trabalho, é importante fazer uma observação. A primeira diz respeito à necessidade de se ter uma imprensa forte para a consolidação de um verdadeiro Estado Democrático de Direito. Por outro lado, deve-se atentar que a sua importância vai depender do mecanismo de controle da comunicação social, isto é, de se ter uma imprensa verdadeiramente livre do poder político e econômico consolidado.

Tais elementos são essenciais para o fortalecimento e desenvolvimento de uma sociedade justa e isonômica, que, no entanto, não é o que sempre ocorre, pois, eventualmente, há um vínculo promíscuo entre os veículos de comunicação e o poder, típico da mídia hegemônica, em especial, no que tange ao seu discurso sobre a questão criminal, conforme será visto a seguir.

¹² CARVALHO, Salo. *Antimanual de Criminologia*. 7. ed. rev. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2022. v. 1. p. 355.

¹³ Cf. NEWMAN, Nic; FLETCHER, Richard; KALOGEROPOULOS, Antonis; LEVY, David A. L.; NIELSEN, Rasmus Kleis. *Reuters Institute Digital News Report 2018*. Oxford: Reuters Institute for the study of journalism, 2018. Disponível em: <http://media.digitalnewsreport.org/wpcontent/uploads/2018/06/digital-news-report-2018.pdf?x89475>. Acesso em: 26 ago. 2019. p. 116.

3.1 A repercussão do crime na mídia

Os meios de comunicação social operam como verdadeiros agentes do sistema penal, como bem afirma Rubens Casara.¹⁴ A fim de entender essa informação, explicar-se-ão os pormenores do funcionamento da criminologia midiática, sem a pretensão de esgotar o assunto.

Primeiro ponto que se destaca é a homogeneidade do produto jornalístico. As informações escolhidas que são divulgadas pelos veículos de mídia são muito semelhantes entre si, apesar de produzidas por diferentes emissoras de TV ou de diversos programas e jornais da mesma emissora de horários diferentes: Jornal da manhã, da tarde e da noite, todas as emissoras da TV aberta noticiam os detalhes sórdidos de cada crime. Bourdieu afirma que isso decorre das restrições impostas pelas fontes jornalísticas e pela lógica de concorrência que existe nesse meio, dizendo que se trata de uma espécie de “jogos de espelhos refletindo-se mutuamente”.¹⁵

Nessa seara de similaridade de notícias, destaca-se o bombardeio diário de matérias que envolvem delitos, inquéritos policiais e processos judiciais. Francesco Carnelutti afirmou, em meados do século XX, que a mídia gerava extremo interesse nas pessoas pelo tema das “condutas desviantes”. O autor afirmou que as vidas monótonas dos indivíduos eram movidas por essa fuga da realidade encontrada no drama bem-feito de um caso real.

Nos crimes violentos, especialmente os crimes sexuais, os detalhes pessoais do autor do crime e da vítima parecem ganhar mais importância do que o próprio fato, notícia ou julgado em si, muitas vezes o tornando mais obscuro. É importante dizer que essa exploração dos detalhes íntimos e pessoais, que estão para além do caso concreto, é aumentada pela sistemática inquisitória que rege a atuação dos operadores do Direito, principalmente o magistrado, quando da indagação de testemunhas e no depoimento das vítimas. Salo de Carvalho afirma, inclusive, que “este interesse mórbido, refletido nos discursos sensacionalistas, define importantes metarregras para a decisão do caso pelos juízes e jurados”.¹⁶

Nesse cenário de aumento de informações redundantes e homogêneas, a narrativa do jornalismo sensacionalista aproxima-se de um julgamento judicial. Isso porque em ambos os casos o excesso é encontrado em situações particulares, “que são insuficientes para compreender razoavelmente o delito. Assim, o

¹⁴ CASARA, Rubens R. R. *Processo penal do espetáculo: e outros ensaios*. 2. ed. Florianópolis: Tirant lo Blanch, 2018. p. 13.

¹⁵ BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. p. 23.

¹⁶ CARVALHO, Salo. *Antimanual de Criminologia 7*. ed. rev. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2022. v. 1. p. 356.

excesso ocorre na maioria das vezes na exploração de detalhes pessoais com potencialidade lesiva”.¹⁷

A divulgação superficial e seletiva das condutas desviantes é uma constância ao longo da história da comunicação, uma vez que é certeza de sucesso comercial. A mídia tradicional escolhe preferencialmente acontecimentos extremamente apelativos, como crimes contra a dignidade sexual, pedofilia ou homicídios, tanto dolosos quanto culposos. É só abrir os sítios eletrônicos dos principais jornais do país para ver as notícias mais lidas pelo público. Observam-se exatamente esses casos listados, suscitando “(...) considerações moralizantes e indignação popular”,¹⁸ uma vez que

podem despertar um imenso interesse ao adular as pulsões e as paixões mais elementares [...] ou mesmo formas de mobilização puramente sentimentais e caricativas ou, igualmente passionais, porém agressivas e próximas do linchamento simbólico, com os assassinatos de crianças ou os incidentes associados a grupos estigmatizados.

Essa superficialidade pode ser encontrada também porque a questão criminal é fácil de ser obtida por meio de inquéritos policiais. É o que se pode notar em pesquisas sobre a cobertura que os jornais impressos do país fazem a respeito da violência urbana e da segurança pública elaboradas pelo Centro de Estudos de Segurança e de Cidadania da Universidade Candido Mendes em 2006 e em 2015.¹⁹

As referidas pesquisas são firmes em apontar que o jornalismo de segurança pública brasileiro era extremamente dependente das informações policiais em 2004 e continuou assim uma década depois. Ademais os agentes públicos e políticos que conduziram grandes operações contra o crime organizado, como o mensalão ou a Lava Jato no país, abusaram da divulgação informal de fatos jurídico-penais específicos, muitas vezes, com a intenção de pressionar os réus e alcançar forte apoio popular por meio da espetacularização de investigações criminais.²⁰

A consequência da abordagem trazida no presente estudo é causar uma falsa sensação de insegurança exacerbada na população, que fica em constante estado de alerta ao sair na rua ou ao ficar no próprio lar, uma vez que a grande quantidade

¹⁷ *Ibidem*, p. 357.

¹⁸ BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997. p. 74.

¹⁹ Cf. RAMOS, Sílvia; PAIVA, Anabela; NUNES, Pablo. *Mídia e violência: O que mudou em uma década? – Relatório preliminar de análise de jornais impressos*. Rio de Janeiro: Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESEC) / Universidade Candido Mendes, maio 2017. Disponível em: https://www.ucamcesec.com.br/wp-content/uploads/2016/10/Midia-eViolencia_2016_Versao4.pdf. Acesso em: 8 ago. 22.

²⁰ Para mais informações ver GREENWALD, Glenn; NEVES, Rafael. As mensagens secretas da Lava Jato Parte 17: Em chats, procuradores admitem “vazamentos”. Em um episódio, o promotor Dallagnol antecipou passo da operação ao jornal Estadão para pressionar o suspeito. *The Intercept Brasil*, 29 ago. 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/08/29/lava-jato-vazamentos-imprensa/>. Acesso em: 1 ago. 22.

de notícia criminal nos noticiários de TV matinais, vespertinos ou noturnos leva essa sensação de que o crime está ocorrendo todos os dias e todas as horas em todos os lugares.

Além disso, cria-se uma identificação e perseguição dos acusados, estigmatizando determinados grupos sociais, sem considerar toda uma “cifra negra”, termo cunhado pelo sociólogo Edwin Sutherland,²¹ que representa a parcela de crimes que não chegam ao conhecimento das autoridades e da imprensa, demonstrando que os níveis de criminalidade são maiores do que aqueles oficialmente registrados.

Soma-se a isso o fato de que não é a simples transgressão da norma penal que condiciona a repressão estatal, mas sim a situação de vulnerabilidade. Segundo Nilo Batista e Raúl Zaffaroni na obra *Direito Penal Brasileiro* o sistema penal caracteriza-se pela existência de uma grande quantidade de tipos penais. Assim, o aparato repressor nunca será capaz de reprimir todas as condutas.

Isso faz com que exista uma seleção de uma parte ínfima de delitos, a qual será aplicada à norma penal, “principalmente a fração cometida pelos mais vulneráveis, enquanto que uma quantidade considerável de crimes praticados pelas mais diversas camadas da sociedade mantém-se na penumbra”.²²

Para se ter uma melhor compreensão acerca da marginalização e estereótipo criados pela mídia, é importante abordar outra característica do discurso, qual seja, a *dramatização* da questão criminal. O tratamento desses casos abre margem para uma divulgação dramática de delitos especificamente repugnantes. O crime, na televisão, transforma-se em uma verdadeira novela com personagens protagonistas e coadjuvantes.

O autor Pierre Bourdieu²³ revela que a realidade selecionada e construída pela mídia atua conforme a busca do sensacional, do espetacular, do que rompe com o

²¹ O sociólogo Edwin Sutherland, a partir da Teoria da Associação Diferencial, enfatiza a definição de cifra negra e os seus subtipos. Nessa perspectiva, surge a figura da cifra negra como um viés de criminalidade oculta. Disponível em: <https://canalcienciascriminais.jusbrasil.com.br/artigos/656894914/a-cifra-negra-e-o-processo-de-vitimizacao-na-criminologia-cultural>. Acesso em: 8 ago. 22.

²² Segundo Batista e Zaffaroni, a criminalização secundária – que é a seleção de uma parte ínfima dos sujeitos que incorrem nos delitos previstos abstratamente para que esta seja punida pela norma penal – se submete a pressões de vários agentes políticos e fica a cargo do burocrático sistema das agências de persecução criminal. Este sistema garante uma reiteração em que se faz o mais simples: volta-se contra os fatos grosseiros, também chamados de obras toscas, e contra as pessoas que tragam menos problemas para a agência executiva, seja por falta de acesso ao poder político, econômico ou à comunicação de massa. Os criminólogos explicam que, via de regra, os delitos mais facilmente detectados são aqueles cometidos pela camada da sociedade que tem acesso a recursos mais escassos, notadamente a categoria em desvantagem. Em menor frequência, são selecionadas as infrações daqueles que atuaram com brutalidade singular, como os autores de homicídios intrafamiliares, de roubos neuróticos, etc. Além disso, muito excepcionalmente, os ilícitos dos que ocupam uma posição praticamente de invulnerabilidade são escolhidos por eles terem levado a pior na luta de poder hegemônico e sofrido uma ruptura nesta cobertura insusceptível ao poder punitivo. Para visualizar a explicação completa, vide ZAFFARONI, Eugenio Raúl et al. *Direito Penal Brasileiro*: primeiro volume – Teoria Geral do Direito Penal. 4. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2012. p. 33-43.

²³ BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. p. 139.

cotidiano. O furo, conforme afirma o sociólogo, interessa a todo mundo e não toca em nada de importante, sendo perseguido por atingir um público grande e possibilitar a manutenção da ordem vigente. Zaffaroni²⁴ nota que “são cuidadosamente selecionados os delitos mais carregados de perversidade ou violência gratuita; os outros são minimizados ou apresentados de forma diferente”.

Assim, o jornalismo explora a figura da vítima e de seus familiares por meio da realização de entrevistas e da veiculação de imagens anteriores ao delito. A exploração desses elementos permite caracterizar o estilo sensacionalista como um “típico discurso de autor, se tivermos como referência os tipos ideais que identificam os distintos modelos penais (direito penal do autor e direito penal do fato)”,²⁵ conforme descreve o professor Salo de Carvalho, preponderando, assim, o silêncio no que tange às circunstâncias políticas, econômicas e socioculturais, que demonstram a forma de inserção desses indivíduos no mundo.

O professor ainda cita o autor Marcondes Filho, que diz “como as mercadorias em geral, interessa ao jornalista de um veículo sensacionalista o lado aparente, externo, atraente do fato. Sua essência, seu sentido, sua motivação ou sua história estão fora de qualquer cogitação”.²⁶ Assim, toda a dor e a angústia dos que sofrem com o dano sensibilizam ainda mais quando são transmitidas em vídeo e narradas pelo tom melodramático da matéria jornalística.

A consequência desse discurso disseminado pelos veículos de imprensa promove o recrudescimento do sistema punitivo com o estímulo a impulsos vingativos, chegando-se ao ápice da irracionalidade, criada através da emoção dos indivíduos. Desse modo, partindo de um pressuposto de Michel Foucault,²⁷ infere-se que o exagerado alarde conferido ao crime na mídia se justifica em parte pela grande insignificância em termos de disputa de poder, que caracteriza os delitos comuns. Nas palavras do autor, as classes mais favorecidas festejam e expõem a delinquência para que a vigilância e o controle policial dos estereotipados criminosos aumentem e protejam os mais abastados.

Portanto, em apertada síntese, pode-se dizer que, partindo de uma concepção de Zaffaroni,²⁸ a mídia opera com a desinformação convergente e com um conjunto de crenças e preconceitos desfavoráveis a certos setores da sociedade. As mensagens e discursos dos canais de comunicação compartilham implícita e explicitamente uma teoria de defesa social próxima do positivismo criminológico

²⁴ *Ibidem.* p. 47.

²⁵ CARVALHO, Salo. *Antimanual de Criminologia*. 7. ed. rev. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2022. v. 1. p. 359.

²⁶ MARCONDES FILHO, O Capital da Notícia, p. 24.

²⁷ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 42. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013. p. 262-268.

²⁸ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *A questão criminal*. Rio de Janeiro: Revan, 2012. p. 94.

racista,²⁹ uma vez que identificam criminosos conforme um determinismo e pedem pela exclusão do seu convívio em sociedade.

Desse modo, é importante ressaltar que o número de desdobramentos da criminologia midiática é grande. É possível notar a sua interferência nos direitos de personalidade dos indivíduos, como a imagem e a honra, bem como no princípio da ampla defesa aos acusados. Nesse sentido, o presente trabalho tratará da presunção de inocência mostrando o impacto que sofre dos meios de comunicação.

4 O impacto da mídia na presunção de inocência

Uma das definições mais aceitas do princípio da presunção de inocência é “a garantia de que toda pessoa acusada de um delito tem de presumir sua inocência até que se comprove sua culpa pelos meios legais”.³⁰ O estado de inocência é mais do que uma formalidade legal, revelando-se como a opção de rejeitar uma intervenção punitiva na sociedade que seja autoritária ou carente de critério.³¹ É, ainda, a eleição de imunidade para todo e qualquer indivíduo, embora possa custar a impunidade de algum culpado,³² já que cria óbices à intervenção estatal que não esteja fundada na certeza da responsabilidade penal.

A presunção de inocência como norma probatória é, também, formada pelo sentido de que a dúvida na demonstração da acusação favorece o imputado.³³ Destaque-se que a absolvição por força do *in dubio pro reo*, esculpida como regra específica no artigo 386, VII, do Código de Processo Penal, não é o único desdobramento do estado de inocência na apreciação probatória.

De fato, seja no recebimento da denúncia, seja no oferecimento de transação penal ou no decreto de prisão preventiva, devem estar acompanhadas provas suficientes para excepcionar a presunção de inocência.³⁴ Assim, em todos esses atos processuais, a motivação das decisões é essencial para se aferir a observância do princípio da presunção de inocência. Em razão de tudo o que representa, renomados doutrinadores reconhecem a presunção de inocência com honraria. Luigi Ferrajoli

²⁹ BATISTA, Nilo. *Mídia e sistema penal no capitalismo tardio*. Biblioteca on-line de ciências de comunicação, 2004. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/batista-nilo-midia-sistemapenal.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2022.

³⁰ MORAES, Maurício Zanoide de. *Presunção de inocência no processo penal brasileiro: análise de sua estrutura normativa para a elaboração legislativa e para a decisão judicial*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015. p. 245.

³¹ *Ibid.* p. 257.

³² FERRAJOLI, Luigi. *Direito e razão: teoria do garantismo penal*. 3. ed. rev. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004. p. 321.

³³ *Ibid.* p. 325.

³⁴ MORAES, Maurício Zanoide de. *Op. cit.* p. 358.

a intitula como conquista da civilidade³⁵ e Aury Lopes Jr. defende que o seu nível de observância pode ser um censor da qualidade democrática de um Estado.³⁶

No entanto, muitas vezes, no Brasil, a presunção de inocência é ignorada não só pelos indivíduos e pela mídia, como também, e o mais preocupante, nos tribunais. Desde os tribunais estaduais ao STF, é possível notar inúmeras decisões contraditórias sobre esse princípio. O Supremo, inclusive, por vezes mudou o seu entendimento, de acordo com a repercussão da mídia naquele momento. O caso mais emblemático talvez seja a mudança de entendimento quanto à prisão em segunda instância.

Assim, antes de 2016 ninguém seria considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória. Isto é, até a decisão definitiva dos tribunais superiores. Após o caso do ex-presidente Lula, de grande repercussão na mídia do país, no julgamento das Ações Diretas de Constitucionalidade nºs 43, 44 e 54, em 2019, o STF firmou entendimento no sentido de que a execução antecipada de acórdão condenatório proferido em grau de apelação ofende o princípio da presunção de inocência, previsto no art. 5º, inciso LVII, do Estatuto Maior, declarando, por consequência, a constitucionalidade do art. 283, CPP, que condiciona o início do cumprimento da pena ao trânsito em julgado do título condenatório, reformulando assim a sua jurisprudência antiga (2016) e pacificando, no âmbito jurídico, a discussão quanto à possibilidade de prisão em segunda instância, o que restabelece a estabilidade e segurança jurídica no país.

Apesar do atual entendimento (afirmado por uma maioria apertada), o Supremo Tribunal Federal possui uma posição vacilante no tratamento do princípio da presunção de inocência, como foi demonstrado. Dessa forma, percebe-se uma deficiência cultural³⁷ para a compreensão do que é essa norma para o sistema democrático.

O estado de emergência em que se encontra a efetivação desse direito de ser considerado inocente motivou o enfoque desta pesquisa. Assim como o fato de que os meios de comunicação de massa contribuem de forma significativa para o cenário apontado. Isso porque os meios de comunicação social apresentam a questão criminal por meio de uma realidade sensacionalista, em que são apresentadas mais as características pessoais e do passado das partes do que os fatos ora em debate. A mensagem transmitida pela criminologia midiática reafirma que o poder punitivo é a solução para que os maus elementos causadores de danos sociais sejam punidos de forma eficiente e eficaz.

³⁵ FERRAJOLI, Luigi. *Op. cit.* p. 351.

³⁶ LOPES JUNIOR, Aury. *Direito Processual Penal*. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. p. 85.

³⁷ CASARA Rubens R. R. *Processo penal do espetáculo*: e outros ensaios. 2. ed. Florianópolis: Tirant lo Blanch, 2017. p. 54.

Por outro lado, a presunção de inocência, ao limitar a prática punitiva, atrapalharia a adequada resolução dos conflitos da sociedade. É muito comum se deparar com notícias na TV ou na internet, nas quais se mostra alguma pessoa que teve o benefício do estado de inocência, por, talvez, responder em liberdade a um crime, ao cometer outro tipo de crime. A sensação que fica no público é a de que ninguém poderia responder em liberdade e todos deveriam ser presos preventivamente, mas isso não é o que ocorre na maioria dos casos, tendo em vista que o preso, colocado solto em liberdade provisória, não necessariamente voltará a delinquir. Pelo contrário, é uma minoria que faz isso. Outra seria a compreensão de que o estado de inocência seria o delito transmitido pelos instrumentos de comunicação social de forma fundamentalmente descontextualizada e superficial.

A presunção de inocência não é apenas não observada em razão da visão midiática sobre o crime, mas também rejeitada por força de suas palavras. Isto porque o medo que a criminologia dos veículos de comunicação social incentiva em desfavor da figura do desviante não se coaduna com a espera na aplicação da pena ou a necessidade de se demonstrar a existência do crime e a sua autoria em seus pormenores.

Na realidade, o constante apelo emotivo no trato do delito pede um tratamento urgente e severo contra o imputado e, conseqüentemente, rejeita a cautela da presunção de inocência. Tudo isto ocorre em uma dinâmica de grande influência do pensamento midiático sobre o sistema criminal. Afinal, o discurso repetido e uniforme da mídia tradicional sobre essa questão atinge um alcance incomparável com aquele discurso das palavras dos historiadores ou dos acadêmicos.³⁸

Em breve resumo sobre o impacto do discurso midiático sobre a presunção de inocência, são oportunos os ensinamentos de Nilo Batista, segundo o qual uma das conseqüências da visão ideológica que se põe entre o a mídia e a vida “reside no incômodo gerado pelos procedimentos legais que intervêm para a atestação judicial de que o delito efetivamente ocorreu e de que o infrator deve ser responsabilizado penalmente por seu cometimento”.³⁹

4.1 Uma análise criminológica por meio dos massacres

No livro *a questão criminal*, o autor Raúl Zaffaroni propõe verificar aquilo que é a verdade mais aproximada da criminologia, isto é, do fenômeno criminal, qual seja, a morte. Assim, o autor assinala alguns massacres que permearam a história

³⁸ BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997. p. 71.

³⁹ BATISTA, Nilo. *Mídia e sistema penal no capitalismo tardio*. Biblioteca on-line de ciências de comunicação, 2002. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/batista-nilo-midia-sistemapenal.pdf>. Acesso em: 9 ago.2022.

da civilização, excetuando cenários de guerra, apontando dezenas de massacres definidos como “toda a prática de homicídio de um número considerável de pessoas por parte de agentes de um Estado ou de um grupo organizado, de forma direta”.⁴⁰

O penalista lembra alguns desses episódios, como o caso do Império Romano quando conquistou toda a Europa, ou a Península Ibérica, quando subjugou e colonizou a América. Mais tarde, já no século XX, repetiram esses esforços, na América Latina, valendo-se de uma doutrina importada dos Estados Unidos da América da segurança nacional, que passou a ser aplicada nas ditaduras militares espalhadas por toda a região.⁴¹

É importante dizer que o alarde produzido junto à opinião pública contra a classe inimiga é tamanho que torna irrestrito o âmbito de exercício do poder punitivo destinado a eliminá-la. Esse é objetivo principal do grupo político que põe em prática o massacre: criar espaço para um poder hierarquizado e concentrado desenvolver-se sem limites. Essa afirmação é confirmada quando se percebe que nenhum problema social jamais fora resolvido com a maximização do Direito Penal.

Para que essa política vença, segundo Zaffaroni, é necessário que as cúpulas do poder público estejam acompanhadas por uma indiferença do espaço político internacional e por um discurso de neutralização do outro, dentre os quais se destaca a teoria nazista de Carl Schmitt.⁴² Em suma, é possível inferir que um número considerável de assassinatos foi produzido mediante grupos da elite política e econômica no poder que decidiram montar um Estado policial, isto é, um verdadeiro estado de exceção, para eliminar certo grupo social excluído que é rotulado e substancializado como inimigo. Esse fim não seria possível sem a ajuda da opinião pública.

É imperioso ressaltar, também, que a brutalidade do sistema punitivo não é algo do passado ou geologicamente distante. Isso porque verdadeiras chacinas *a conta-gotas*⁴³ estão vigorando e em curso nesse exato momento no Brasil, sendo encontradas, principalmente, nas execuções cometidas pelas forças policiais em serviço ou de folga. No cenário nacional, o número de mortes provocadas por intervenções policiais é destaque em toda a imprensa do país e internacional, mesmo em um período de estabilidade democrática aparente.

De acordo com um levantamento exclusivo feito pelo jornal O Globo dentro do Monitor da Violência, uma parceria com o Núcleo de Estudos da Violência da USP e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, mais de 6 mil pessoas foram mortas

⁴⁰ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *A questão criminal*. Rio de Janeiro: Revan, 2014. p. 242.

⁴¹ No Brasil, 434 mortos e desaparecidos foram confirmados pelo Estado no bojo da Comissão Nacional da Verdade.

⁴² *Ibid.* p. 35

⁴³ *Ibid.* p. 37.

por policiais civis e militares no Brasil em 2021. Isso quer dizer que, em média, 17 mortes são causadas pela polícia no país por dia.⁴⁴

Mesmo ainda sendo elevado, o número é 4,5% mais baixo que o registrado em 2020. Além disso, o indicador atingiu o menor patamar em quatro anos.⁴⁵ Conforme se pode depreender a partir destes altíssimos índices, as mortes perpetradas pelo Estado não são ocasionadas por uma conduta equivocada ou desviada do agente de polícia. Na realidade, retratam uma clara política de extermínio de parte da população brasileira.

Isso ficou nítido com as pesquisas do Delegado da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, Orlando Zaccane.⁴⁶ Na obra *Indignos de vida: a forma jurídica da política de extermínio de inimigos na cidade do Rio de Janeiro*, o eminente Delegado de Polícia levantou 314 promoções de arquivamento do Ministério Público do Rio de Janeiro, proferidas entre os anos de 2003 e 2009, no bojo dos chamados autos de resistência. Esses autos de resistência indicam que o suposto criminoso estava em confronto com o policial, mas isso não quer dizer que de fato isso tenha ocorrido. Assim, é possível concluir pela legitimação dessa violência por todo o aparato estatal.

Essa política de extermínio ficou escancarada, principalmente, após as eleições de 2018, quando foram eleitos governantes de extrema direita favoráveis às políticas de guerra à violência e à criminalidade, combatendo com mais violência ainda. Tanto no âmbito do Governo Federal quanto no Governo Estadual, essas políticas são seguidas com aplausos da sociedade. Destaca-se o atual Governo Estado do Rio de Janeiro em que a política de extermínio bateu todos os recordes históricos de assassinatos policiais, sem, contudo, apontar qualquer eficácia dessas operações.

Nesse sentido, em 2021, 1,5% das operações policiais realizadas no estado do Rio de Janeiro foi considerado eficiente, de acordo com o levantamento do Grupo de Estudos de Novos Illegalismos (GENI) da Universidade Federal Fluminense (UFF), produzido a pedido da CNN.⁴⁷

Em 15 anos, foram 17.929 operações contabilizadas pelo Indicador de Eficiência das Operações Policiais. O indicador tem como base os impactos para os envolvidos nas ações, como o número de mortos, feridos e presos. A gestão do

⁴⁴ Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2022/05/04/numero-de-pessoas-mortas-pela-policia-cai-e-atinge-menor-patamar-em-quatro-anos-assassinatos-de-policiais-tambem-tem-queda.ghtml>, acesso em: 9 ago. 2022.

⁴⁵ Foram solicitados os casos de “confrontos com civis ou lesões não naturais com intencionalidade” envolvendo policiais na ativa. Os pedidos foram feitos para as Secretarias da Segurança Pública dos 26 Estados e do Distrito Federal por meio da Lei de Acesso à Informação e das assessorias de imprensa.

⁴⁶ Disponível em: https://dcp.uff.br/wp-content/uploads/sites/327/2020/10/Tese-de-2013-Orlando-Zaccane-D_Elia-Filho.pdf, acesso em: 9 ago. 2022.

⁴⁷ Disponível em: <https://geni.uff.br/2022/05/06/chacinas-policiais/>, acesso em: 9 ago. 2022.

governador Cláudio Castro (PL) é responsável por três das cinco operações policiais mais letais da história da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

A 5ª mais letal da história do Rio de Janeiro foi a ação no dia 21.07.2022, no Complexo do Alemão, na zona norte da capital, que resultou na morte de 17 pessoas. No mês de maio de 2022, duas operações, uma no Jacarezinho e outra na Penha, resultaram, respectivamente, em 28 e 24 pessoas mortas. Desde que Castro assumiu interinamente, ao fim de agosto de 2020, já ocorreram 75 operações policiais com ao menos três mortos. Nestas ações, 331 pessoas morreram. É justamente esta potencialidade próxima e recorrente do poder punitivo que causa numerosas mortes e que devem saltar aos nossos olhos e impulsionar nossa ação no sentido de evitá-la, tendo em vista se tratar de políticas muito atuais.

Dessa maneira, é possível inferir que uma das formas mais eficientes de se obstar massacres encontra-se na contenção do instrumento punitivo através do direito penal *latu sensu*, e não na sua expansão, regulado pelo Poder Legislativo e aplicado pelo Judiciário. Na contramão da conquista da presunção de inocência, a criminologia midiática caminha para a legitimação desses massacres porquanto desacredita as garantias jurídicas perante boa parte da população. Em suma, a mídia propaga a violência, que tem como consequência mais sofrimento e mortes ao estimular a maximização do Direito Penal.

Destaque-se que o apelo emotivo propagado pelos veículos de mídia social no trato do crime impulsiona a construção de um cenário irracional de paranoia coletiva contra determinado grupo humano eleito como inimigo. Além disso, a desinformação que é típica do discurso criminológico dos meios comunicacionais administra o medo no campo social de forma temerária. Nesse cenário de luz *versus* escuridão, de bem *versus* o mal, propagado pelos meios de comunicação, é certo que, nas palavras de Zaffaroni, “por temor ao roubo peço mais vigilância ao Estado e quando dou por mim aqueles que me vigiam me sequestram”.⁴⁸

Diante do exposto, infere-se que a palavra da criminologia midiática não merece prosperar por desatrelar o poder de punir de suas barreiras contenção e, conseqüentemente, estimular a maximização de uma prática que pode se desenvolver de forma consideravelmente destrutiva.

Um passo importante para a modificação desse panorama seria a ocupação dos espaços comunicativos de massa por criminólogos e pessoas capazes de se conformarem com os direitos humanos. Considerando que atualmente se vive em pleno período de revolução tecnológica, é importante que opiniões técnicas intelectuais como as citadas ultrapassem a solidão acadêmica e contestem em alto e bom som a publicidade do poder punitivo que hoje é hegemônica na mídia.⁴⁹

⁴⁸ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *A questão criminal*. Rio de Janeiro: Revan, 2013. p. 108.

⁴⁹ BARATTA, Alessandro. *Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal: Introdução à Sociologia do Direito Penal*. Rio de Janeiro: ICC/Revan, 1997.

Conclusão

No presente trabalho buscou-se relacionar o discurso da criminologia, a prática do poder estatal punitivo monopolizado e a presunção de inocência. Uma análise histórica permitiu inferir que os pensamentos autoritários sobre o crime ou a conduta desviante corroboraram para expressões do poder de punir mais repressivas e contrárias ao Direito.

Nesse cenário, o objeto específico escolhido do estudo foi a relação do *jus puniendi* e da presunção de inocência com a criminologia midiática, entendida como o discurso apelativo e sensacionalista dos veículos de comunicação sobre a questão criminal.

Foi possível verificar que o discurso midiático sobre o crime, de amplo alcance social, distorce a realidade fática, fazendo crer que os perseguidos pelo sistema penal são perigosos e causadores de todos os males da sociedade hodierna, motivo pelo qual precisam ser excluídos a qualquer custo. Todo este pensamento midiático, avesso ao criminoso, sobrevive, principalmente, por ser uma tendência atual que beneficia os grupos sociais dominantes, influenciadores das plataformas midiáticas.

Assim, há um clamor irracional e passional por punição urgente e eficaz que não se satisfaz com uma demora na prestação jurisdicional dos acusados. Na realidade, a criminologia midiática impulsiona a maximização do Direito Penal e rejeita os limites expostos pelo princípio da presunção de inocência, sendo percebida pela sociedade como uma norma que atrapalha o bom funcionamento da justiça.

Observou-se, ainda, que a presunção de inocência, norma básica que mede a qualidade democrática de um Estado, tem encontrado dificuldades no Brasil. A adesão da jurisprudência ao invento do *in dubio pro societate*, o elevado número de presos provisórios e o aumento recente dos massacres realizados pelas instituições que deveriam resguardar a vida dos indivíduos reiteram que nem mesmo os operadores do Direito resguardam devidamente a presunção de inocência.

O referido prejuízo que o discurso midiático (legitimador da prática punitiva) impõe à presunção de inocência precisa ser evitado. Isso porque o perigo da expansão do poder de punir é iminente. Uma análise dos massacres ocorridos ao longo da história, feita por Raúl Zaffaroni, o evidencia ao revelar que numerosos assassinatos em massa foram executados pelo poder de punir ilimitado. Esta aterrorizante realidade não é pontual e tampouco se encontra distante. Na verdade, o risco de o poder punitivo se descontrolar está sempre presente e se encontra próximo em tempo e em espaço, o que é notado pelo massacre *a conta-gotas* que se verifica no Brasil contra um setor jovem, negro e pobre da população, como se observou ocorrer no Estado do Rio de Janeiro.

Algumas medidas que poderiam ser tomadas foram elencadas no presente trabalho. Uma delas seria a diversificação dos ocupantes de programas jornalísticos

nos meios de comunicação, abrindo espaço para especialistas no assunto de criminologia, expandindo assim os conhecimentos desse ramo para além da academia. Outra sugestão seria criar regras jurídicas específicas que limitem a liberdade de expressão, principalmente os casos de discurso de ódio e *fake news* considerando direitos como a presunção de inocência, à luz do Direito comparado.

A presente pesquisa teve como objetivo, além dos elencados, identificar a ofensa feita pela mídia na cobertura dos delitos, expondo os acusados de maneira ultrajante e exagerada. A ambição desse trabalho está presente ao se encorajar um caminho de mudanças, não só legislativas como comportamentais, no discurso do veículo de comunicação social, para que se tenha uma sociedade menos punitivista e menos letal.

Abstract: The present study aims to critically analyze the discourse and narratives of the mass media on the criminal issue and its impact on the low effectiveness of criminal guarantees, especially the presumption of innocence. For this, it is brought, at first, a historical investigation of the discourses of criminology in order to demonstrate the practical consequences of authoritarian thinking in the face of a fundamental right, legitimizing the maximization of the right to punish. In a second moment, it brings the main characteristics of media journalism on crime, considering traditional and new digital media, which it does with the intention of externalizing its proximity to classic and authoritarian theories of past centuries. It then defines the scope, the meaning of protection of the presumption of innocence, based on the doctrinal, legal and jurisprudential construction on this right. On the other hand, it shows the contempt received by the state of innocence in the practice of national Courts and the significant contribution that the media discourse presents on deviant conduct in the domestic scenario. Finally, this work points out relevant reasons for the prompt rejection of that discourse through a criminological analysis of massacres perpetrated throughout history, as well as an examination of the normative conflict between freedom of expression and the presumption of innocence.

Keywords: Criminology. Media. Criminal law. Presumption of innocence.

Referências

- ALEXY, Robert. Colisão de Direitos Fundamentais e Realização de Direitos Fundamentais no Estado de Direito Democrático. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, v. 17, 2000.
- BATISTA, Nilo. *Mídia e sistema penal no capitalismo tardio*. Biblioteca on-line de ciências de comunicação, 2004. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/batista-nilo-midia-sistema-penal.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2022.
- BATISTA, Vera Malaguti. *Introdução crítica à criminologia brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2013.
- BECCARIA, Cesare de Bonesana. *Dos Delitos e das Penas*. 6. ed. São Paulo: Atena, 1959.
- BARATTA, Alessandro. *Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal: Introdução à Sociologia do Direito Penal*. Rio de Janeiro: ICC/Revan, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro, Zahar, 1997.

- CARVALHO, Salo. *Antimanual de Criminologia*. 7. ed. rev. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2022. v. 1.
- CASARA, Rubens R. R. *Processo penal do espetáculo: e outros ensaios*. 2. ed. Florianópolis: Tirant lo Blanch, 2018.
- FERRAJOLI, Luigi. *Diritto e Ragione: Teoria del Garantismo Penale*. 5. ed. Roma: Laterza, 1998.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: História da Violência nas Prisões*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.
- GIRARD, René. *O bode expiatório*. São Paulo: Paulus, 2004.
- LOPES JR., Aury. *Direito Processual Penal e sua Conformação Constitucional*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.
- OMO, Rosa Del. *A América Latina e sua criminologia*. Rio de Janeiro: Revan, 2004.
- SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, Ação Declaratória de Constitucionalidade 43 / DISTRITO FEDERAL, Tribunal Pleno, Relator Ministro Marco Aurélio, Brasília, 07 nov. 2019.
- SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, Ação Declaratória de Constitucionalidade 44 / DISTRITO FEDERAL, Tribunal Pleno, Rel. Ministro Marco Aurélio, Brasília, 07 nov. 2019.
- SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, Ação Declaratória de Constitucionalidade 54 / DISTRITO FEDERAL, Tribunal Pleno, Relator Ministro Marco Aurélio, Brasília, 07 nov. 2019.
- VIEIRA, Ana Lúcia Menezes. *Processo penal e mídia*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.
- ZACCONE, Orlando. *Indignos de vida: a forma jurídica da política de extermínio de inimigos na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Revan, 2017.
- ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *A questão criminal*. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

Informação bibliográfica deste texto, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

TAVARES, Leticia. Os impactos da criminologia midiática na presunção de inocência. *Revista Fórum de Ciências Criminais – RFCC*, Belo Horizonte, ano 9, n. 18, p. 163-184, jul./dez. 2022.